



I - Relatório de Gestão



mourão
MUNICÍPIO



Índice

Índice	1
Nota de Abertura do Presidente	2
1 Introdução	3
1.1 Nota Introdutória.....	3
1.2 Estrutura política	5
1.3 Estrutura Organizacional	5
1.4 Recursos Humanos	6
1.5 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2025.....	9
1.6 Enquadramento Macroeconómico.....	10
2 Relato Orçamental.....	12
2.1 Orçamento.....	12
2.2 Receita Orçamental	13
2.3 Despesa Orçamental.....	21
2.3.1 Despesas Correntes	22
2.3.2 Despesas de Capital.....	25
2.3.3 Desempenho orçamental da Despesa.....	27
2.4 Compromissos / Fundos disponíveis	28
2.5 Execução das Grandes Opções do Plano	30
2.6 Indicadores Orçamentais.....	35
3. Relato Financeiro.....	36
3.1 Análise ao Balanço.....	37
3.2 Análise à Demonstração de Resultados	39
3.3 Disponibilidades	40
3.4 Indicadores Económico-Financeiros.....	40
3.5 Endividamento Municipal.....	41
4. Contabilidade de Gestão	42
5. Proposta de Aplicação de Resultados	47
6. Acontecimentos após a data de relato.....	47



Nota de Abertura do Presidente

O Executivo Municipal propõe a aprovação inequívoca do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário dos Bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação do ano de 2025.

A súmula de documentos ao qual junto estas notas prévias, são o trabalho aturado e minucioso, essencialmente técnico, que demonstra todo o movimento, resultados e engenho financeiro subjacente à atividade municipal do ano transato.

O ano de 2025 assinalou o encerramento de um ciclo político e de gestão, caracterizado pela execução de um conjunto significativo de projetos, obras e eventos de relevância municipal, contribuindo para o crescimento sustentado do Município. A estratégia seguida, assente numa gestão rigorosa, transparente e orientada para a inovação, permitiu consolidar a confiança dos cidadãos e reforçar a projeção de Mourão no contexto regional e nacional.

Este foi também um ano em que se assinalou a continuidade de um projeto político, na sequência das eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025, que deram início a um novo mandato (2025–2029), baseado num programa estável e inovador, orientado para o crescimento, a competitividade e o bem-estar dos mouranenses.

O ano de 2025 ficou ainda assinalado por três acontecimentos de particular relevância: a consolidação do legado de Mourão enquanto Capital de Alqueva, com impacto na atratividade turística e cultural; a conclusão da obra da Creche Municipal num investimento superior a 1 milhão de euros; e, por fim, o início da reta final de revisão do PDM, assim como o início da discussão para alteração do PEAAP.

Do ponto de vista financeiro, o Relatório evidencia a solidez das contas municipais. Destaca-se a redução da dívida total em cerca de 105.000 euros (menos 2% face a 2024), fixando-se nos 4.202.123,50 euros. O rácio de endividamento desceu cerca de 7%, confirmando uma trajetória consistente de melhoria da capacidade financeira do Município.

Ao longo de 2025, a CMM manteve um elevado nível de investimento em áreas estratégicas, como a educação, a ação social, a qualificação urbana e a rede viária. Destaca-se a execução de um vasto conjunto de obras concluídas, em curso e em preparação, muitas delas cofinanciadas por fundos comunitários.



Na área da Educação, prosseguiu o investimento na qualificação do parque escolar. Os processos de descentralização nas áreas da educação, ação social e saúde continuaram a apresentar resultados positivos globalmente positivos.

A cooperação institucional manteve-se como uma prioridade, com destaque para o reforço da articulação com as Juntas de Freguesia, associações locais e corporações de bombeiros, bem como para o trabalho desenvolvido no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

O Município manteve o cumprimento rigoroso de todos os compromissos assumidos, assegurando a qualidade dos serviços públicos e o respeito pelas regras da contratação pública e da gestão financeira. Em paralelo, prosseguiu a captação de financiamento externo, nomeadamente no âmbito do Portugal 2030 e do PRR.

O saldo de gerência transitado para 2026, no valor de cerca de 33.888 euros, reflete sobretudo a forte execução de investimentos com base em fundos de tesouraria de curto prazo, no entanto, como este relatório, a Câmara Municipal reforça a sua posição enquanto entidade de gestão credível, sustentável e orientada para o desenvolvimento do território, assumindo o novo ciclo autárquico com bases sólidas e uma visão estratégica de futuro.

1 Introdução

1.1 Nota Introdutória

Considerando a obrigatoriedade do órgão executivo apresentar, nos termos da alínea I) do nº.1 do art.º33, da Lei nº75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do nº.2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório, bem como do anexo às demonstrações financeiras que, para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Mourão, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2025.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base os seguintes normativos:

- A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental);



- O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 29/2023, de 04 de julho;
- A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública;
- A Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC); e
- Resolução n.º 6/2025 de 13 de fevereiro - Prestação de contas relativas ao ano de 2025 e gerências partidas de 2026.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas públicas)

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo., no 4º ano de implantação do novo normativo o Município de Mourão dá seguimento, apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

Por força da aprovação (SNCAP), as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas de registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental (da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas



demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2025.

1.2 Estrutura política

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal de Mourão é constituída por 18 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente e 3 por inerência, por via do cargo de Presidente das três Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores.

Presidente: João Filipe Cardoso Fernandes Fortes

Vice-Presidente: Maria Luísa Poupinha Ralo

Vereador: Ana Filipa Ramalho Bibiu Farias

Vereador: Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara de 01/01/2025 a 28/10/2025

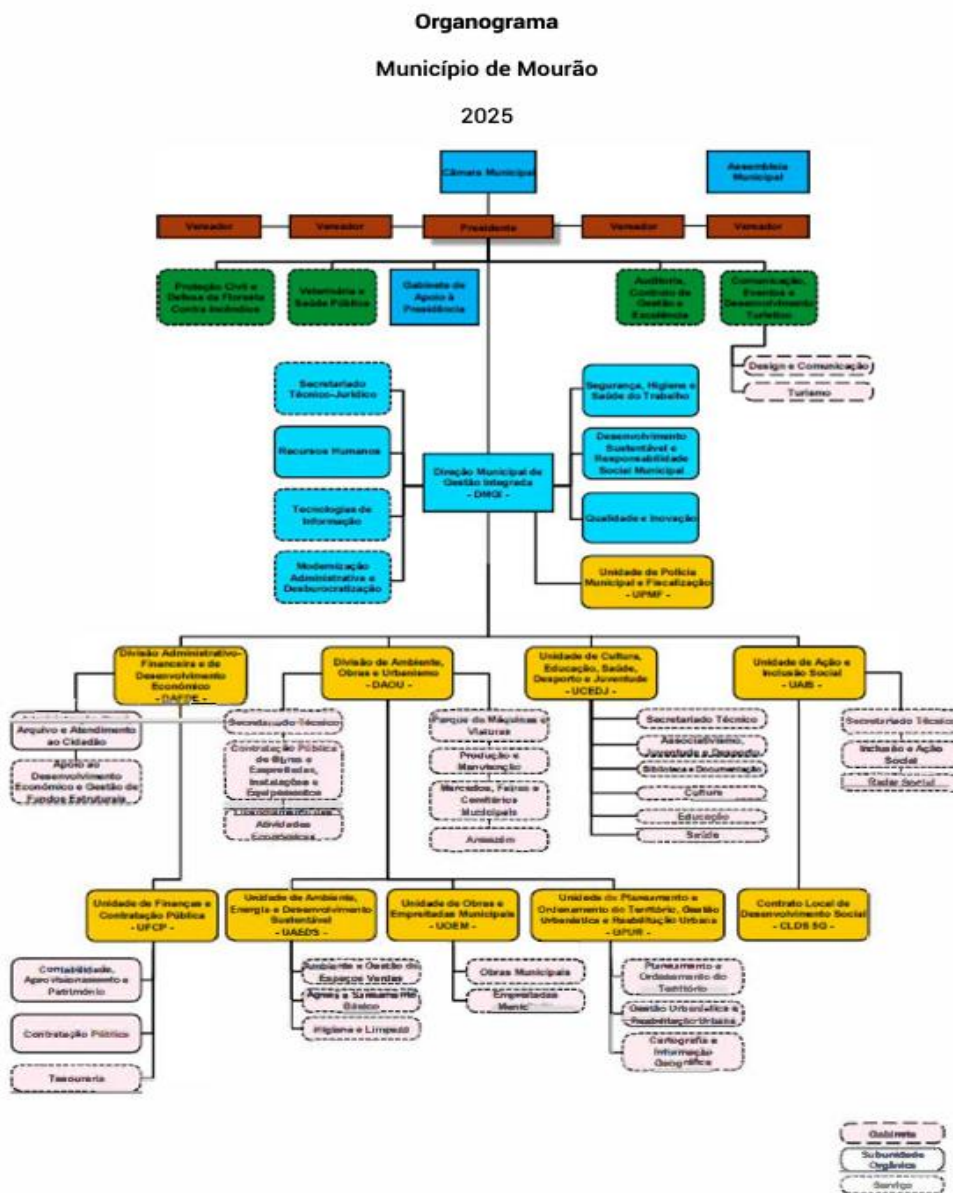
Vereador: Manuel Francisco Godinho Carrilho de 01/01/2025 a 28/10/2025

Vereador: José Duarte Costa Franco de 29/10/2025 a 31/12/2025

Vereador: Ana Daniel Capucho Soeiro Jordão de 29/10/2025 a 31/12/2025

1.3 Estrutura Organizacional

No exercício de 2025, a estrutura orgânica do Município de Mourão encontrava-se definida nos termos de nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 20 de dezembro de 2024 e de Assembleia Municipal no dia 27 de dezembro de 2024.



1.4 Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 20 de dezembro de 2024 e em sessão de Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2024, o mapa de pessoal para 2025.

No final de 2024, o número de trabalhadores ao serviço foi de 184 trabalhadores.



Quadro n.º 1 - N.º Trabalhadores por carreiras

Carreiras/Categorias	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes/Intermédios	1	3	4
Técnico Superior	9	13	22
Assistente Técnico	10	14	24
Assistente Operacional	87	47	134
Total	107	77	184

Quadro n.º 2 - N.º Trabalhadores por Escolaridade

Nível de Escolaridade	Dirigente		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Menos de 4 anos										
4º ano							18	2	18	2
6º ano							14	7	14	7
9º ano							39	14	39	14
12º ano					8	14	14	24	22	38
Licenciatura	1	3	9	13					10	16
Mestrado			1	3					1	3
Doutoramento										
Total	1	3	10	16	8	14	85	47	104	80



Quadro n.º 3 – Absentismo

	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Total
Casamento					0
Proteção na Parentalidade					0
Falecimento de Familiar	7	23	86		116
Doença	111	448	2699		3258
Por acidente em serviço ou doença profissional		9	60		69
Assistência a familiares	11	31	6		48
Trabalhador Estudante	4		19		23
Por conta do período de férias	52	70	84		206
Com perda de vencimento					0
Cumprimento de pena disciplinar			253		253
Greve		3	23		26
Injustificadas			5		5
Outros	78	44	51		173
Total	263	628	3286	0	4177

Quadro n.º 4 - Trabalhadores em situação de Mobilidade

Situação de Mobilidade ano de 2025			
Designação	Mobilidade Intercarreiras	Mobilidade Intercategorias	Mobilidade entre Órgãos
Encarregado Operacional		1	
Assistente Operacional			1
Assistente Técnico	1		
Técnico Superior			
Total	1	1	1

As despesas com pessoal (ótica orçamental) ascenderam, durante o ano 2025, a € 4 614 675,93, o que representa um acréscimo em relação a 2024 de € 800 430,96, mais 20,99%.

Ao longo do ano de 2025, a autarquia candidatou-se aos vários programas de apoio e incentivo ao emprego contando com 21 trabalhadores a exercer funções nos diversos serviços da autarquia.



1.5 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2025

O Decreto – Lei n.º 35/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efetuadas com o pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação, não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de abril.

Assim, conforme os quadros abaixo, quer as despesas com pessoal do Quadro quer com o pessoal em Qualquer Outra Situação, encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal do Município, em 2024, foi de € 2 779 843,38. De acordo com as instruções do SATAPOCAL, para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal, apenas se revelam algumas classificações económicas.

Quadro n.º 5 - Limite de Encargos com o Pessoal do Quadro

Receitas Líquidas Correntes - 2025	60% Limite das Despesas com Pessoal do Quadro para 2025
7 424 691,41 €	4 454 814,85 €

Quadro n.º 6 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	1 954 433,77
01.01.13	Subsidio de Refeição - Pessoal dos Quadros	204 311,31
01.01.14	Subsidio de Férias e Natal - Pessoal dos Quadros	369 715,95
TOTAL		2 528 461,03



Quadro n.º 7 - Limite de Encargos com Pessoal em Qualquer Outra Situação

60% das Receitas Correntes - 2025	25% Limite das Despesas com Pessoal em Qualq. Outra Situação para 2025
4 454 814,85 €	1 113 703,71 €

Quadro n.º 8 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.06	Pessoal Contratado a termo	363 422,99
01.01.07	Pessoal em Regime de tarefa ou Avença	0,00
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	0,00
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	370 324,85
01.01.13	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	80 159,43
01.01.14	Subsidio de Férias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	138 801,47
TOTAL		952 708,74

1.6 Enquadramento Macroeconómico

Em 2025 os riscos em torno da projeção para a atividade acentuaram-se e prevalece uma incerteza elevada sobre a evolução da economia mundial. Para além dos fatores de risco já existentes relacionados com a invasão militar da Ucrânia pela Rússia e os conflitos no Médio-Oriente, surgiram novos fatores, com destaque para as alterações na orientação política geoestratégica e comercial nos EUA. A materialização destes riscos conduziu a subida de preços das matérias-primas, disrupções nas cadeias de abastecimento, menor crescimento do comércio mundial e variações cambiais marcadas, com impacto desestabilizador sobre a atividade. O indicador global de incerteza das políticas económicas atingiu valores próximos dos máximos históricos no início de 2025, o que por si só poderá limitar o crescimento da atividade Mundial. Esta incerteza levou os agentes económicos a adiar ou cancelar decisões de investimento e aumentar as poupanças por motivos de precaução e exigir prémios de risco mais elevados.

Projeções para a Economia Portuguesa 2025-2028

A economia Portuguesa cresceu 1,9% em 2025 irá crescer 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, sendo que a inflação se estabilizou em 2025 em 2,2%. A economia Portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento extremo nomarcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro.



O Impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos Fundos da EU e pela orientação expansionista da política orçamental. O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto ao longo do horizonte de projeção, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade. Face ao Boletim Económico de dezembro de 2024, o crescimento do PIB foi revisto em alta em 0,1 em 2025, refletindo sobretudo um maior crescimento do consumo privado.

Em termos de finanças públicas verificou-se um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Estas projeções incorporam apenas as medidas aprovadas pelo Parlamento ou que já foram definidas com detalhe suficiente pelo Governo. A composição do crescimento económico tem favorecido a receita fiscal e contributiva, atenuando parcialmente a deterioração significativa, explicada sobretudo pelas medidas de redução dos impostos e pelo aumento permanente da despesa líquida, indicador utilizado no âmbito das regras orçamentais europeias. Ainda assim, Portugal mantém uma posição relativa favorável no contexto da área do euro, aspeto reiterado pelas principais agências de rating.

O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente no horizonte de projeção, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028. A redução é gradualmente devido à deterioração orçamental e à desaceleração do PIB nominal. A projeção assume ajustamentos défice-dívida nulos. No curto prazo, a diminuição do rácio da dívida parece assegurada, mas cenários de deterioração macroeconómicos ou de ausência de ajustamento orçamental, em particular face aos custos associados ao envelhecimento, poderão levar à estabilização ou inversão desta trajetória.

O crescimento económico manteve-se elevado em 2025, beneficiando do impacto das medidas orçamentais sobre o rendimento das famílias. No terceiro trimestre, o consumo privado aumentou 1,2% face ao trimestre anterior, beneficiando da aceleração do rendimento disponível associada em larga medida, às medidas governamentais implementadas (nomeadamente a redução do IRS com efeito retroativo ao início do ano, refletida nas tabelas de retenção na fonte de agosto e setembro e o pagamento do suplemento extraordinário para pensões baixas). O impacto destas medidas estendeu-se ao quarto trimestre, implicando a manutenção do dinamismo do consumo privado. Parte do impacto será revertido no primeiro trimestre de 2026, contribuindo para a desaceleração projetada do PIB, para uma taxa em cadeia de 0,3%.

O PIB deverá crescer a uma taxa média atual de 2,0% em 2025-2028, um valor próximo do observado em 2020-2024, O rendimento disponível das famílias será mais contido até 2028, refletindo num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.



Projetaram-se crescimentos do consumo privado de 3,6% em 2025, 2,3% em 2026, 2% em 2027 e 1,7% em 2028. O rendimento disponível real, após o forte aumento em 2024 (7,2%) foi de 3,1% em 2025, e verá crescer 1,3% em 2026, 2,1% em 2027 e 1,5% em 2028.

A taxa de poupança, após o aumento marcado em 2024 (para 12,5%), deverá reduzir-se num quadro de diminuição das taxas de juro e da incerteza, no entanto não deverá regressar aos valores observados no período pré-pandemia, situando-se em 11,3% no final do horizonte.

2 Relato Orçamental

2.1 Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 29 de novembro de 2024 e pelo órgão deliberativo a 27 de dezembro de 2024, apresentava valores iniciais de receita e de despesa de € 11.336.802,00.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrência de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais. Estas podem ser modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2025.

Ao longo de 2025 foram realizadas no Orçamento da Receita 1 Alteração Permutativa e 3 Alterações Modificativas, que conduziram a um acréscimo de € 508.541,47 euros, resultado do reforço criado pelas Alterações Modificativas, cifrando-se o valor global do Orçamento em € 11.845.343,47 euros.

Relativamente ao Orçamento da despesa o mesmo foi objeto de 69 alterações permutativas e 6 alterações modificativas.

A análise da Execução Orçamental, ao nível da receita e despesa, permite verificar quais os montantes efetivamente recebidos e pagos, comparando com os montantes estimados, em sede de Orçamento Municipal, de forma a apurar os respetivos desvios.

Também aqui serão evidenciadas quais as rubricas com maior peso no Orçamento, bem como a sua evolução ao longo dos últimos anos.



2.2 Receita Orçamental

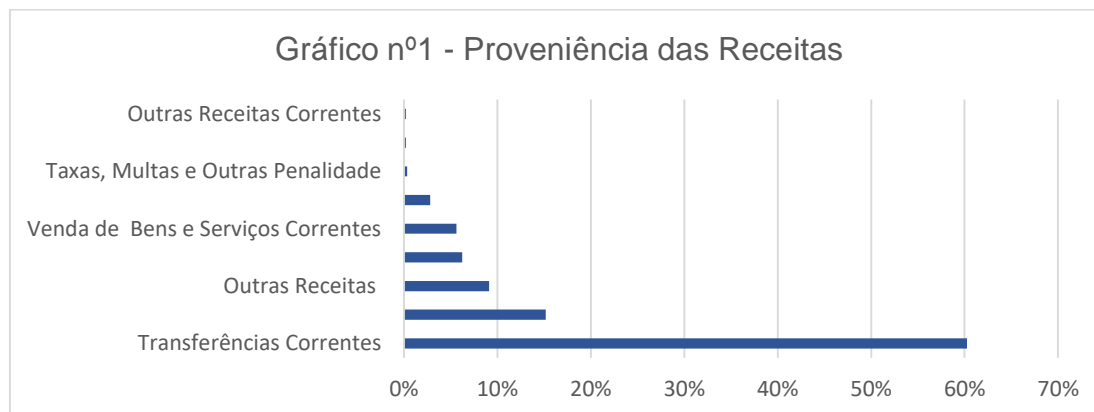
No ano financeiro de 2025, a receita arrecadada pelo Município de Mourão, foi de € 10 383 793,32, onde se inclui o saldo de gerência transitado de 2024, no montante de € 945 041,27. Nota-se, assim, um acréscimo no Saldo de Gerência de cerca de 156,82% (€ 577 053,91) relativamente ao ano de 2024.

À semelhança do que tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos, as rubricas da receita com maior significado estão representadas no do quadro seguinte, por ordem decrescente:

Quadro n.º 9 – Receitas mais relevantes

Rúbrica	2025	%	2024	%	Δ 2025/2024
Transferências Correntes	6 257 729,95 €	60%	5 789 676,99 €	60%	8%
Transferências de Capital	1 577 760,96 €	15%	1 639 312,19 €	17%	-4%
Outras Receitas	945 634,41 €	9%	380 488,35 €	4%	149%
Impostos Diretos	648 131,13 €	6%	666 215,46 €	7%	-3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	584 088,00 €	6%	549 888,85 €	6%	6%
Rendimentos de Propriedade	291 506,08 €	3%	345 366,31 €	4%	-16%
Taxas, Multas e Outras Penalidade	36 828,06 €	0%	37 203,32 €	0%	-1%
Venda de Bens de Investimento	21 366,28 €	0%	184 761,82 €	2%	-88%
Outras Receitas Correntes	20 748,45 €	0%	36 340,48 €	0%	-43%
Total	10 383 793,32 €	100%	9 629 253,77 €	100%	8%

O gráfico seguinte representa a proveniência dos diferentes tipos de receita.





2.2.1 Receitas Correntes

Quadro n.º 10 – Receitas Correntes – Execução Anual

Rúbrica	2025	%	2024	%	Δ 2025/2024
Transferências Correntes	6 257 729,95 €	80%	5 789 676,99 €	78%	8%
Venda de Bens e Serviços Correntes	584 088,00 €	7%	549 888,85 €	7%	6%
Impostos Diretos	648 131,13 €	8%	666 215,46 €	9%	-3%
Rendimentos de Propriedade	291 506,08 €	4%	345 366,31 €	5%	-16%
Taxas, Multas e Outras Penalidade	36 828,06 €	0%	37 203,32 €	1%	-1%
Outras Receitas Correntes	20 748,45 €	0%	36 340,48 €	0%	-43%
Total Receitas Correntes	7 839 031,67 €	1,00 €	7 424 691,41 €	100%	6%

O valor dos *Impostos Diretos* arrecadados pelo Município em 2025 foi de € 648 131,13, correspondendo a 8,27% das receitas correntes e 6,24% do total da receita. Verificou-se um decréscimo de -0,24% no total dos Impostos Diretos (- € 18 084,33) relativamente a 2024. Este decréscimo deveu-se essencialmente ao “IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis” com -0,28% (- € 20 445,11), e “IMT-Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis” com -0,26 % (- € 19 304,35). Em contrapartida o “IUC-Imposto Único de Circulação” registou um acréscimo de 0,04% (+ € 3 101,59) e a “Derrama” de 0,25% (+ € 18 563,54).

A receita proveniente de *Taxas, Multas e Outras Penalidades* foi de € 36 828,06, registou um decréscimo de -0,01% (- € 375,26), comparativamente a 2024. A contribuição desta receita é de 0,50% para as receitas correntes e de 0,35% para o total da receita. As rubricas que registaram uma variação negativa mais acentuada são: “Loteamentos e Obras” com - 0,05%, (- € 3 988,64), “Taxa Municipal de Direitos de Passagem” com - 0,01% (- € 424,73) e “Mercados e Feiras” com 0,00% (- € 28,54). Em contrapartida e por ordem decrescente registaram uma variação positiva as seguintes rubricas: “Juros de Mora” com +0,01% (+ € 918,17), “Outros” com +0,01% (+ € 911,59), “Taxa de Gestão de Resíduos” com +0,01% (+ € 830,76) e “Ocupação da Via Pública” com 0,00% (+ € 110,79), “Multas e Penalidades Diversas” com +0,01% (+ € 693,00), “Juros Compensatórios” com +0,01% (+ € 602,34). Relativamente às rubricas, “Caça e Pesca”, “Saneamento”, “Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação”, “Taxa pela emissão do Certificado de Registo”, “Publicidade”, “Utilização da Rede Viária Municipal”, “Cemitérios” “Multas e Coimas por infração ao Código da Estrada” à semelhança dos anos anteriores continuaram a não apresentar registos contabilísticos.

A receita arrecadada pelos *Rendimentos de Propriedade*, que corresponde aos juros recebidos e às rendas patrimoniais, foi de € 291 506,08, registando um decréscimo de 0,72% (- € 53 860,23).



A contribuição dos Rendimentos de Propriedade é de 3,93% para as receitas correntes e de 2,80% para o total da receita.

Em 2025 o Município recebeu € 6 257 729,95 de *Transferências Correntes*. Correspondendo € 3 461 468,00 ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, € 91 608,00 ao *Fundo Social Municipal*, € 51 369,00 à *Participação Fixa no IRS*, € 1 419 262,00 à *Transferência de Competências Lei 50/2018*, € 28 045,00 à *Participação do IVA*, € 877 240,00 ao *N.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013*, € 231 387,74 a *Outros* e € 97 350,21 à rubrica *Participação Comunitária em Projetos Comunitários*. Face a 2024 o total desta rubrica, registou um acréscimo de 6,30% (+ € 468 052,96). No que concerne à *Administração Central - Estado* a variação por ordem decrescente foi a seguinte: *N.º 3 do Art.º 35.º da Lei 73/2013* com +3,62% (+ € 268 148,12), *Participação Comunitárias em Projetos-Cofinanciados* com +1,09% (+ € 81 185,93), o valor desta rubrica correspondeu aos seguintes projetos: *Fruta Escolar*, *Rede de Infraestruturas para o Auto - Caravanismo*, *Plataforma Elevatória da Escola EBI* e *Obra da Creche*, *Fundo de Equilíbrio Financeiro* com +1,04% (+ € 77 502,00), *Transferência de Competências da Lei 50/2018* com + 1,02% (+ € 75 069,35), *Fundo Social Municipal* com +0,08% (+ € 6 409,00) e *Outros* com + 0,04% (+ € 2 471,54), relativamente as rubricas que apresentaram variação negativa foram as seguintes: *Participação do IVA* cujo valor ascendeu a € 28 045,00 – 0,58% (- € 41 984,98) e *Participação Fixa – IRS* que ascendeu a € 51 369,00 -0,01% (- € 748,00). A contribuição desta receita é de 84,28% para as receitas correntes e 60,26% para o total da receita.

A *Venda de Bens* foi, em 2025, de € 144 982,43, registando um aumento de 0,12% (+ € 8 992,88), relativamente a 2024. Este aumento corresponde às rubricas *Produtos Acabados e Intermédios* e *Bens Inutilizados*, sendo o valor da venda de água de € 142 357,67, que registou um acréscimo de 0,09% (+ € 6 368,12) e o valor da venda de bens *Inutilizados* de € 2 624,76 mais 0,03%. O peso da Venda de Bens nas receitas correntes é de 1,95% e de 1,40% nas receitas totais.

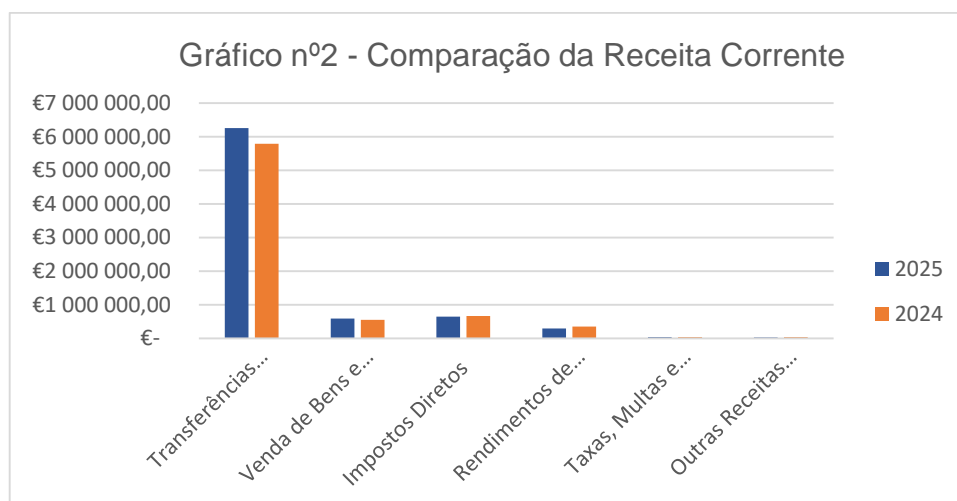
A *Venda de Serviços* apresentou um valor de € 418 515,57, representando um acréscimo de +0,30% (+ € 21 487,03) face a 2024, repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: *Saneamento* com +0,12% (+ € 8 876,11), *Resíduos Sólidos* com +0,10% (+ € 6 728,84), *Serviços Desportivos* com +0,09% (+ € 6 466,18) e *Outros* com +0,07% (+ € 4 896,13). Contrariamente verificou-se uma variação negativa nas seguintes rubricas: *Cemitérios* com -0,05% (- € 3 753,40), *Outros* com -0,01% (- € 607,50), *Transportes Escolares* com -0,005% (- € 396,21), *Trabalhos por Conta de Particulares* com -0,005% (- € 354,97), *Serviços Recreativos* com -0,003% (- € 160,00), *Mercados e Feiras*, com -0,002% (- € 125,01) e *Aluguer de Espaços e Equipamentos* com -0,001% (- € 83,14). Não apresentaram qualquer registo contabilístico em 2025 as rubricas: *Vistoria e Ensaios*, *Reparações*, *Serviços Culturais*, *Transportes Escolares*, e *Transportes de Pessoas e Mercadorias* no conjunto correspondem a 5,64% da receita corrente e 4,03% do total da receita.



A receita proveniente da rubrica *Rendas e Alugueres* foi de € 20 590,00, registando um acréscimo de 0,05% (+ € 3 719,24), comparativamente ao ano anterior, o peso desta rubrica corresponde a 0,28% das receitas correntes e 0,19% do total da receita

A rubrica *Outras Receitas Correntes*, no ano de 2025, registou um valor de € 20 748,45, o que comparativamente ao ano anterior, corresponde a uma diminuição de -0,21% (- € 15 592,03).

Relativamente às Receitas Correntes, comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um acréscimo de cerca de +5,58%, (+€ 414 340,26) representado no seguinte gráfico:



O valor do acréscimo das receitas correntes consta no quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível das “*Transferências Correntes*”.

Quadro n.º 11 – Variação da Receita Corrente

Rúbrica	Δ 25/24	Δ 24/23
Impostos diretos	-3%	149%
Taxas, multas e outras penalidades	-1%	-1%
Rendimentos de propriedade	-16%	6%
Transferências correntes	8%	8%
Venda de bens e serviços correntes	6%	-3%
Outras receitas correntes	-43%	-43%



2.2.2 - Receitas de Capital

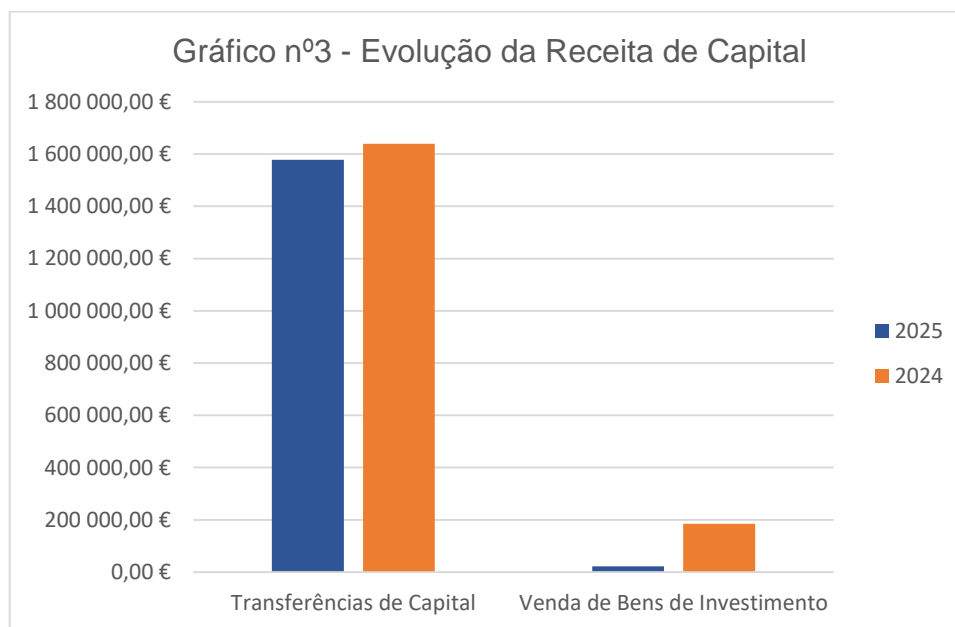
Quadro n.º 12 - Variação da Receita de Capital

Rúbrica	2025	%	2024	%	Δ 2025/2024
Transferências de Capital	1 577 760,96 €	99%	1 639 312,19 €	90%	-4%
Venda de Bens de Investimento	21 366,28 €	1%	184 761,82 €	10%	-88%
Total Receitas de Capital	1 599 127,24 €	100%	1 824 074,01 €	100%	-12%

Em 2025 as receitas de capital, registaram um decréscimo de 12,88%, passando o seu valor de € 1 824 074,01 para € 1 589 083,43. A diferença mais significativa verificou-se na rubrica “Outras” que registou uma diminuição de -19,23% (-€ 350 772,00) e “Terrenos” com -8,46% (- € 154 210,00).

No que concerne à rubrica “Passivos Financeiros”, em 2025, não foram contraídos empréstimos de Médio e Longo Prazo.

O gráfico seguinte representa a evolução das Receitas de Capital, nos últimos 2 anos.





2.2.3 Outras Receitas

Em 2025 a rubrica “Outras Receitas”, designadamente, “Saldo da Gerência Anterior” no valor de € 945 041,27, registou um acréscimo de +156,81% (+ € 577 053,91) foi incorporado na gerência em vigor através da Revisão Orçamental aprovada pela Assembleia Municipal realizada em 21/02/2025, cujo valor foi repartido pelas despesas correntes e de capital, correspondendo € 342 021,27 ao reforço das despesas correntes e € 603 020,00 ao reforço das despesas de capital, relevando assim este valor para efeitos do equilíbrio orçamental nos termos do nº 5 do artigo 40.º do REFALEI.

2.2.4 Equilíbrio Corrente

Quadro n.º 13 – Equilíbrio Corrente

Equilíbrio corrente	2025	2024
Receitas brutas correntes	7 849 316,07 €	7 852 580,90 €
Saldo da Gerência anterior afeto a receitas correntes	342 021,27 €	367 987,36 €
Soma	8 191 337,34 €	8 220 568,26 €
Despesas correntes	8 067 183,91 €	7 300 631,77 €
Amortizações médias dos Empréstimos	443 568,27 €	443 568,27 €
Soma	8 510 752,18 €	7 744 200,04 €
Excedente	- 319 414,84 €	476 368,22 €

Temos que as receitas correntes em 2025 não conseguiram cobrir as despesas correntes acrescidas da amortização média dos empréstimos.

O desequilíbrio corrente verifica-se no exercício de 2025 no montante de -319 414,84, corresponde a 4,07% do total das receitas correntes.

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se preconizado no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais.



1 - “Os Orçamentos das Entidades do Sector Local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”

2- “Sem prejuízo no disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

3- “O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 /Prct. das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte”.

5 - “Sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir”.

Deste modo verificamos que não foi dado cumprimento a esta disposição legal, será executado no ano económico de 2026 o preconizado no n.º 3 do artigo 40.º da referida Lei.

2.2.5 Execução da Receita

Quadro n.º 14 – Taxa de Execução da Receita

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Rec Cobrada Líquida	Execução 2025 %	Execução 2024 %
R1	Receita Fiscal	743 811,00 €	648 131,13 €	87%	89%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	47 115,00 €	36 828,06 €	78%	60%
R4	Rendimento de propriedade	384 200,00 €	291 506,08 €	76%	87%
R5	Transferências e subsídios correntes	6 174 561,00 €	6 257 729,95 €	101%	97%
R6	Venda de bens e serviços	717 537,00 €	584 088,00 €	81%	76%
R7	Outras receitas correntes	616 189,00 €	20 748,45 €	3%	7%
R8	Venda de bens de investimento	27 200,00 €	21 366,28 €	79%	98%
R9	Transferência e subsídios de capital	1 877 851,00 €	1 577 760,96 €	84%	100%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00 €	593,14 €	119%	12501%
R10	Outras Receitas de Capital	311 338,00 €	- €	0%	0%
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	945 041,27 €	945 041,27 €	100%	100%
Soma		11 845 343,27 €	10 383 793,32 €		
Taxa de Execução				87,66%	90,91%



O grau de execução do orçamento situou-se em 87,66%, dando assim cumprimento ao mínimo estabelecido de 85% definido no artigo 56.º do REFALEI.

2.2.6 Desempenho orçamental da Receita

Quadro n. 15 – Desempenho Orçamental da Receita por Fonte de Financiamento

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL 2025										
(MUNICÍPIO DE MOURÃO)										
Período	Periodicidade	Mensal	Mensal Após Apuramento dos Resultados	Data					Ano	
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2024		
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL			
RA01	Saldo de gerência anterior		514 926,79 €		430 114,48 €		0,00 €	20 680,59 €	965 721,86 €	387 625,47 €
RI01	Operações orçamentais [1]		514 926,79 €		430 114,48 €				945 041,27 €	367 987,36 €
RI02	Devolução do saldo oper.									
RI04	Recebimento do saldo devolvido									
RI03	Operações de tesouraria [A]						20 680,59 €		20 680,59 €	19 638,11 €
RA02	Receita corrente		7 784 475,29 €		54 556,38 €				7 839 031,67 €	7 424 691,41 €
R1	Receita fiscal		648 131,13 €		0,00 €				648 131,13 €	666 215,46 €
R1.1	Impostos diretos		648 131,13 €						648 131,13 €	666 215,46 €
R1.2	Impostos indiretos									
R2	Contribuições para sistemas de									
R3	Taxas, multas e outras penalidades		36 828,06 €						36 828,06 €	37 203,32 €
R4	Rendimentos de propriedade		291 506,08 €						291 506,08 €	345 366,31 €
R5	Transferências e subsídios correntes		6 203 173,57 €		54 556,38 €				6 257 729,95 €	5 789 676,99 €
R5.1	Transferências correntes		6 203 173,57 €		54 556,38 €				6 257 729,95 €	5 789 676,99 €
R5.1.1	Administrações Públicas		6 203 173,57 €		54 556,38 €				6 257 729,95 €	5 789 676,99 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado		6 203 173,57 €		54 556,38 €				6 257 729,95 €	5 789 676,99 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras									
R5.1.1.3	Segurança Social									
R5.1.1.4	Administração Regional									
R5.1.1.5	Administração Local									
R5.1.2	Exterior - U E									
R5.1.3	Outras									
R5.2	Subsídios correntes									
R6	Venda de bens e serviços		584 088,00 €						584 088,00 €	549 888,85 €
R7	Outras receitas correntes		20 748,45 €						20 748,45 €	36 340,48 €
RA03	Receita de capital		1 588 808,90 €		10 318,34 €				1 599 127,24 €	1 824 074,01 €
R8	Venda de bens de investimento		21 366,28 €						21 366,28 €	184 761,82 €
R9	Transferências e subsídios de capital		1 567 442,62 €		10 318,34 €				1 577 760,96 €	1 639 312,19 €
R9.1	Transferências de capital		1 567 442,62 €		10 318,34 €				1 577 760,96 €	1 639 312,19 €
R9.1.1	Administrações Públicas		1 567 442,62 €		10 318,34 €				1 577 760,96 €	1 639 312,19 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado		1 567 442,62 €		10 318,34 €				1 577 760,96 €	1 639 312,19 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras									
R9.1.1.3	Segurança Social									
R9.1.1.4	Administração Regional									
R9.1.1.5	Administração Local									
R9.1.2	Exterior - U E									
R9.1.3	Outras									
R9.2	Subsídios de capital									
R10	Outras receitas de capital									
RA04	Receita efetiva [2]		9 373 877,33 €		64 874,72 €				9 438 752,05 €	9 261 266,41 €
R11	Reposições não abatidas aos		593,14 €						593,14 €	12 500,99 €
RA05	Receita não efetiva [3]									
R12	Receita com ativos financeiros									
R13	Receita com passivos financeiros									
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]		9 888 804,12 €		494 989,20 €				10 383 793,32 €	9 629 253,77 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]						10 637,53 €		10 637,53 €	7 351,64 €



Em termos globais a receita efetiva atingiu 10 383 793,32 €, correspondendo a um acréscimo de 7,84% face a 2025.

2.3 Despesa Orçamental

Relativamente à componente Despesa, esta registou um montante global de € 10 349 905,59, repartido da seguinte forma:

→ Despesa Corrente: € 8 067 183,91

→ Despesa de Capital: € 2 282 721,68

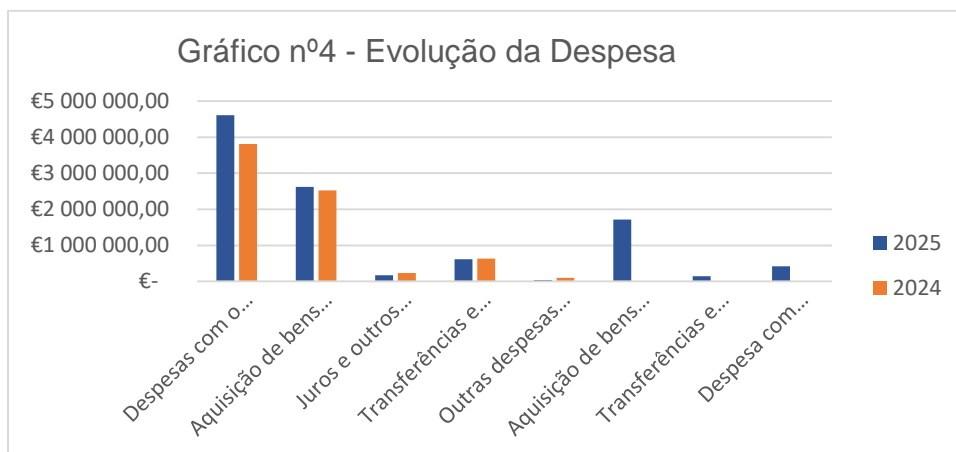
As despesas correntes registaram em 2025 um crescimento de 10,50% (+ € 766 552,14), relativamente ao ano de 2024. Comparativamente a 2024 as despesas de capital também registaram um acréscimo de 64,99% (+ 899 140,95) esse acréscimo deveu-se essencialmente à Rubrica “Aquisição de Bens de Capital”, visto ter sido efetuada no corrente ano a obra da Creche no valor de € 1 094 022,08.

Relativamente ao valor de obrigações por pagar o valor situou-se em € 424 865,40 e os compromissos que transitaram ascendem a € 647 366,20

No total da despesa, constata-se que são as despesas com “Pessoal”, € 4 614 675,93, a componente com maior peso, ou seja, representa 57,20% da despesa corrente.

Quadro n.º 16 – Execução da Despesa

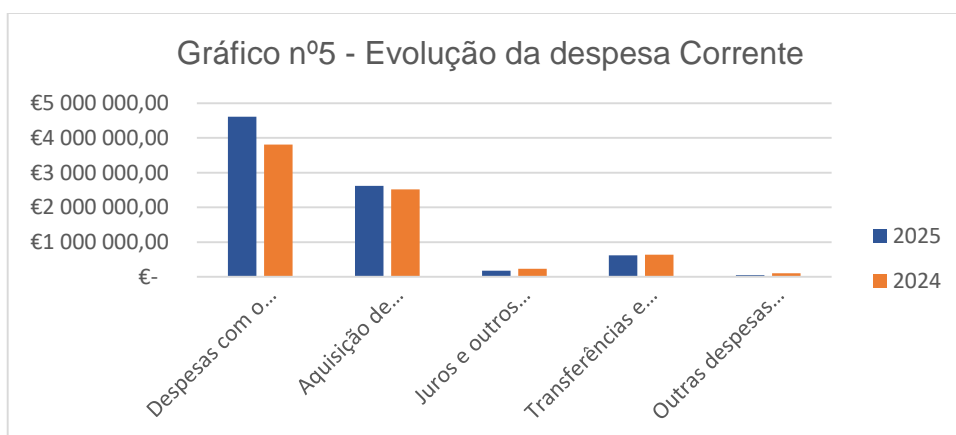
Rúbrica	2025	%	2024	%	Δ 2025/2024
Despesas com o pessoal	4 614 675,93 €	45%	3 814 244,97 €	44%	21%
Aquisição de bens e serviços	2 622 059,11 €	25%	2 522 028,08 €	29%	4%
Juros e outros encargos	172 774,89 €	2%	232 798,05 €	3%	-26%
Transferências e subsídios correntes	615 698,50 €	6%	632 853,28 €	7%	-3%
Outras despesas correntes	41 975,48 €	0%	98 707,39 €	1%	-57%
Aquisição de bens de capital	1 714 944,63 €	17%	762 463,14 €	9%	125%
Transferências e subsídios de capital	148 494,49 €	1%	147 703,93 €	2%	1%
Despesa com passivos financeiros	419 282,56 €	4%	473 413,66 €	5%	-11%
Total	10 349 905,59 €	100%	8 684 212,50 €	100%	19%



2.3.1 Despesas Correntes

Quadro n.º 17 – Execução da Despesa Corrente

Rúbrica	2025	%	2024	%	Δ 2025/2024
Despesas com o pessoal	4 614 675,93 €	57%	3 814 244,97 €	52%	21%
Aquisição de bens e serviços	2 622 059,11 €	33%	2 522 028,08 €	35%	4%
Juros e outros encargos	172 774,89 €	2%	232 798,05 €	3%	-26%
Transferências e subsídios correntes	615 698,50 €	8%	632 853,28 €	9%	-3%
Outras despesas correntes	41 975,48 €	1%	98 707,39 €	1%	-57%
Total Receitas Correntes	8 067 183,91 €	100%	7 300 631,77 €	100%	10%





Nas despesas com Pessoal estão incluídas as remunerações dos órgãos autárquicos e dos funcionários municipais. Estão ainda incluídos todos os encargos relacionados com suplementos remuneratórios e os encargos inerentes à Segurança Social. Relativamente a esta área é conveniente salientar que os gastos com o pessoal, na Autarquia de Mourão como em qualquer outra organização, têm um peso importante pois constitui uma das despesas necessárias ao funcionamento da mesma e ao desempenho da sua atividade. Apresentaram em 2025, um valor de € 4 614 675,93, registando um acréscimo de 10,96% (+ € 800 430,96), face aos valores apresentados em 2024.

A despesa com a Aquisição de Bens e Serviços foi de € 2 622 059,11, mais 3,97% que em 2024. Esta variação foi fortemente influenciada pela inflação registada durante o ano de 2025.

As rubricas com variações mais significativas e com maior peso no conjunto dos bens e serviços foram:

Despesa paga em Gasóleo	85 397,75€	Diminuição	-0,07%
Despesa paga em Alimentação	59 958,92€	Diminuição	-0,10%
Despesa paga em Vestuário	21 919,89€	Crescimento	+0,22%
Despesa paga em Prod. Químicos e Farmac.	3 543,04€	Diminuição	-0,14%
Despesa paga em Outro Material – Peças	22 967,48€	Diminuição	-0,36%
Despesa paga em Prémios Cond. e Ofertas	16 765,15€	Crescimento	+0,08%
Despesa paga em Água	211 498,49€	Diminuição	-2,80%
Despesa paga em Encargos Instalações	175 593,04€	Crescimento	+0,21%
Despesa paga em Limpeza e Higiene	283 689,20€	Diminuição	-1,22%
Despesa paga em Conservação de Bens	138 966,11€	Crescimento	+3,43%
Despesa paga em Locação de Outros Bens	67 557,48€	Crescimento	+1,36%
Despesa paga em Comunicações	28 912,40€	Diminuição	-0,25%
Despesa paga em Transportes	43 788,85€	Diminuição	-0,56%
Despesa paga em Seguros	41 491,91€	Diminuição	-0,26%
Despesa paga em Estudos e Consultadoria	63 163,92€	Crescimento	+0,10%
Despesa paga em Formação	8 870,39€	Diminuição	-0,05%
Despesa paga em Publicidade	13 636,70€	Crescimento	+0,31%
Despesa paga em Assistência Técnica	33 853,90€	Crescimento	+0,92%



Despesa paga em Trabalhos Especializados	154 266,57€	Diminuição	-1,89%
Despesa paga em Outros Serviços	839 630,26	Crescimento	+4,97%

Em 2025 os Juros e Outros Encargos registaram um valor de € 172 774,89, contra € 232 798,05 em 2024. Esta rubrica, agrega os “Juros de empréstimos de médio longo prazo”, cujo total ascendeu a € 150 798,24 contra € 216 068,57 em 2024 e “Outros Juros,” cujo valor ascendeu a € 21 136,65. Estes juros devem-se essencialmente à faturação emitida pela Empresa “Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A” relativamente à sob rubrica “Outros Encargos Correntes da Dívida Pública”, decorrentes do acordo de pagamento em execução.

As Transferências Correntes, em 2025, ascenderam a € 615 698,50 contra € 632 853,28, em 2024.

As Transferências Correntes registaram na rubrica “Estado”, “Instituições sem Fins Lucrativos” e “Famílias -Outras” um acréscimo de +0,75% (+ €4 768,21), +17,11% (+€45 555,78) e +1,71% (+ €3 974,12) respetivamente. Em contrapartida as rubricas “Freguesias”, “Associações de Municípios” e “Programas Ocupacionais” registaram um decréscimo de -0,64% (- € 1 500,00) e -20,82% (-€ 48 468,36). A contribuição desta despesa é de 7,63% para as despesas correntes e de 5,95% para o total da despesa.

As “Outras Despesas Correntes” registaram um valor de € 41 975,48 sofreram uma diminuição de 0,70% (- €56 731,11) relativamente a 2024.

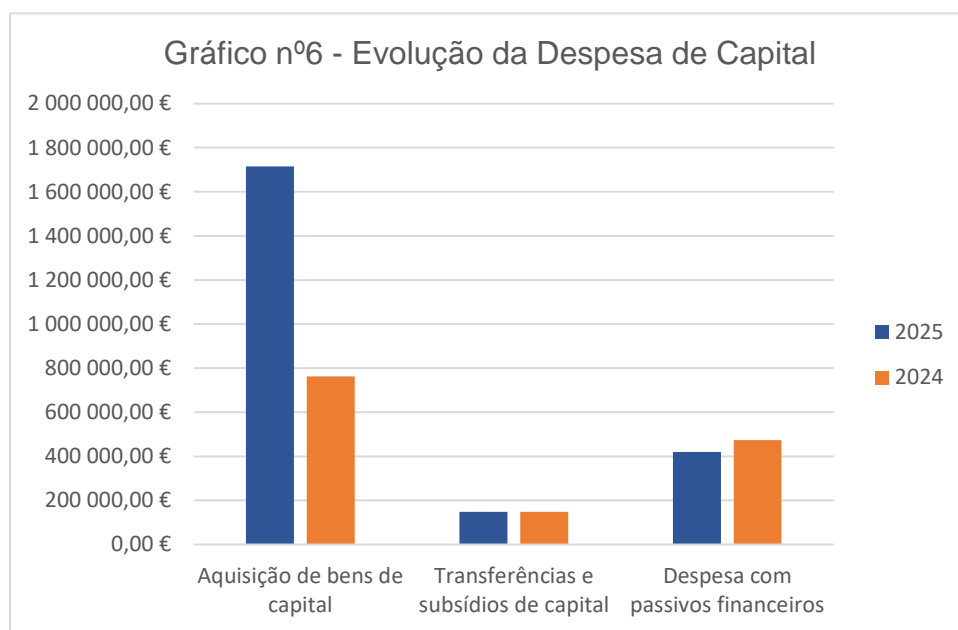
Quadro n.º 18 - Variação da Despesa Corrente

Rúbrica	2025	%	2024	%	Δ 2025/2024
Aquisição de bens de capital	1 714 944,63 €	75%	762 463,14 €	55%	125%
Transferências e subsídios de capital	148 494,49 €	7%	147 703,93 €	11%	1%
Despesa com passivos financeiros	419 282,56 €	18%	473 413,66 €	34%	-11%
Total Receitas de Capital	2 282 721,68 €	100%	1 383 580,73 €	100%	65%

2.3.2 Despesas de Capital

Quadro n.º 19 – Execução da Despesa de Capital

Rúbrica	Δ 25/24	Δ 24/23
Despesas com o pessoal	21%	11%
Aquisição de bens e serviços	4%	9%
Juros e outros encargos	-26%	18%
Transferências e subsídios correntes	-3%	11%
Outras despesas correntes	-57%	34%



As despesas de Capital, em 2025, ascenderam a €2 282 721,81, mais +64,97% € 899 141,08 do que registado em 2024.

A despesa efetuada com a Aquisição de bens de capital, foi de € 1 714 944,63 contra € 762 463,14 em 2024.

Do investimento o valor mais significativo centrou-se na rubrica “Creches” pois foi efetuada no corrente ano a obra da Creche Municipal. No conjunto correspondem a 75,13% das despesas de capital e 16,57% do total da despesa.



As transferências de capital atingiram um valor de € 148 494,49, resultando num acréscimo de +0,53% (+ €790,56), a rubrica que registou um aumento mais significativo foi “Instituições sem Fins Lucrativos” + 17,55% (+ €25 908,77), contrariamente registaram um decréscimo as seguintes rubricas: “Freguesias” com -11,30% (-€16 679,41) e “Associações de Municípios” com -5,71% (-€8 438,80).

Relativamente aos Passivos Financeiros, em 2025, a dívida foi amortizada em € 419 282,56.

De referir que 18,37% das despesas de capital correspondem á amortização de empréstimos, sendo amortizados três empréstimos, dois contraídos com o BBI – Banco Português de Investimento para saneamento financeiro e Regularização de dívidas com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, no valor de € 282 218,18 e €78 236,16, relativamente ao PAEL a amortização cifrou-se em €58 828,22.



2.3.3 Desempenho orçamental da Despesa

Quadro n.º 20 – Desempenho Orçamental da Despesa por Fonte de Financiamento

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 2025					TOTAL	2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
DA01	Despesa corrente	8 067 183,91 €				0,00 €	8 067 183,91 €	7 300 631,77 €
D1	Despesas com o pessoal	4 614 675,93 €					4 614 675,93 €	3 814 244,97 €
D1.1	Remunerações Certas e	3 614 896,69 €					3 614 896,69 €	2 922 443,90 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	172 056,61 €					172 056,61 €	143 153,25 €
D1.3	Segurança social	827 722,63 €					827 722,63 €	748 647,82 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 622 059,11 €					2 622 059,11 €	2 522 028,08 €
D3	Juros e outros encargos	172 774,89 €					172 774,89 €	232 798,05 €
D4	Transferências e subsídios correntes	615 698,50 €					615 698,50 €	632 853,28 €
D4.1	Transferências correntes	615 698,50 €					615 698,50 €	632 853,28 €
D4.1.1	Administrações Públicas	284 924,94 €					284 924,94 €	330 125,09 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	82 183,81 €					82 183,81 €	77 415,60 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras						0,00 €	
D4.1.1.3	Segurança Social						0,00 €	
D4.1.1.4	Administração Regional						0,00 €	
D4.1.1.5	Administração Local	202 741,13 €					202 741,13 €	252 709,49 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	235 652,33 €					235 652,33 €	190 096,55 €
D4.1.3	Famílias	95 121,23 €					95 121,23 €	112 631,64 €
D4.1.4	Outras						0,00 €	
D4.2	Subsídios Correntes						0,00 €	
D5	Outras despesas correntes	41 975,48 €					41 975,48 €	98 707,39 €
							0,00 €	
DA02	Despesa de capital	1 368 449,92 €		494 989,20 €			1 863 439,12 €	910 167,07 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 219 955,43 €		494 989,20 €			1 714 944,63 €	762 463,14 €
D7	Transferências e subsídios de capital	148 494,49 €					148 494,49 €	147 703,93 €
D7.1	Transferências de capital	148 494,49 €					148 494,49 €	147 703,93 €
D7.1.1	Administrações Públicas	22 701,22 €					22 701,22 €	47 819,43 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	22 701,22 €					22 701,22 €	47 819,43 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	125 793,27 €					125 793,27 €	99 884,50 €
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	9 435 633,83 €		494 989,20 €			9 930 623,03 €	8 210 798,84 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	419 282,56 €					419 282,56 €	473 413,66 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos	419 282,56 €					419 282,56 €	473 413,66 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	9 854 916,39 €		494 989,20 €			10 349 905,59 €	8 684 212,50 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					4 198,08 €	4 198,08 €	6 309,16 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	33 887,73 €				27 120,04 €	61 007,77 €	965 721,86 €
DA07	Operações orçamentais [8] =	33 887,73 €					33 887,73 €	945 041,27 €
DA08	Operações de tesouraria					27 120,04 €	27 120,04 €	20 680,59 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	-61 756,50 €		-430 114,48 €			-491 870,98 €	1 050 467,57 €
DA10	Despesa primária	9 262 858,94 €		494 989,20 €			9 757 848,14 €	7 978 000,79 €
DA11	Saldo corrente	-282 708,62 €		54 556,38 €			-228 152,24 €	124 059,64 €
DA12	Saldo de capital	220 358,98 €		-484 670,86 €			-264 311,88 €	913 906,94 €
DA13	Saldo primário	111 018,39 €		-430 114,48 €			-319 096,09 €	1 283 265,62 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	9 888 804,12 €		494 989,20 €			10 383 793,32 €	9 629 253,77 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	9 854 916,39 €		494 989,20 €			10 349 905,59 €	8 684 212,50 €

Verifica-se que o município mantém os saldos primário e de capital negativos, o que significa que foram utilizadas receitas de capital para cobrir despesas correntes.

**Quadro n.º 21 - Taxa de Execução da Despesa**

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Desp Paga	Peso	Execução %
D1	Despesas com o pessoal	4 701 848,35 €	4 614 675,93 €	44,59%	98,15%
D2	Aquisição de bens e serviços	2 952 767,17 €	2 622 059,11 €	25,33%	88,80%
D3	Juros e outros encargos	201 300,00 €	172 774,89 €	1,67%	85,83%
D4	Transferências e subsídios correntes	667 704,34 €	615 698,50 €	5,95%	92,21%
D5	Outras despesas correntes	51 875,41 €	41 975,48 €	0,41%	80,92%
D6	Aquisição de bens de capital	2 577 470,00 €	1 714 944,63 €	16,57%	66,54%
D7	Transferências e subsídios de capital	272 758,00 €	148 494,49 €	1,43%	54,44%
D10	Despesa com passivos financeiros	419 620,00 €	419 282,56 €	4,05%	99,92%
	Despesa Corrente	8 575 495,27 €	8 067 183,91 €	77,94%	94,07%
	Despesa Capital	3 269 848,00 €	2 282 721,68 €	22,06%	69,81%
	Total da Despesa	11 845 343,27 €	10 349 905,59 €	100,00%	87,38%

2.4 Compromissos / Fundos disponíveis

Nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA), consideram-se “Compromissos” para efeitos da referida Lei as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos Disponíveis”, de acordo com a alínea f) do artigo 3.º da LCPA e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos incluindo no caso da administração local:

- 1) as transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos 6 meses seguintes; 2) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
- 3) a receita efetiva própria a cobrar nos 6 meses seguintes; 4) o produto de empréstimos contraídos nos termos da Lei; 5) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; 6) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 4.º da LCPA.



Em conformidade com o disposto no artigo 5.º da LCPA e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e válido de compromisso e registado no sistema informático de apoio à execução orçamental.

Conforme se pode aferir dos quadros abaixo o município dispôs de uma margem confortável de fundos disponíveis para assumir todos os seus compromissos.

Quadro n.º 22 - Compromissos e Obrigações Futuras

Compromissos	Compromissos a Transitar	Compromissos Futuros				
		n+1	n+2	n+3	n+4	Seguintes
11 422 137,19 €	647 366,20 €	1 727 394,86 €	845 510,03 €	681 143,72 €	572 959,17 €	1 747 690,21 €

Obrigações	Obrigações a Transitar	Obrigações Futuras				
		n+1	n+2	n+3	n+4	Seguintes
10 774 770,99 €	424 865,40 €	591 024,78 €	585 024,78 €	579 054,33 €	572 959,17 €	1 747 690,21 €

O grau de execução dos compromissos assumidos situou-se nos 96,43% e das obrigações assumidas 90,96%. Relativamente a exercícios futuros verifica-se que grande parte do valor dos compromissos e obrigações decorre da dívida de médio e longo prazo, sem que este constitua um obstáculo ao futuro.

O quadro seguinte, apresenta-se a evolução dos Fundos Disponíveis durante o ano de 2025, evidenciando que o município sempre dispôs de verbas relativamente altas para fazer face a todos os seus compromissos ao longo do ano em análise.

**Quadro n.º 23 - Fundos Disponíveis**

Fundos Disponíveis		
Meses	início	fim
janeiro	5 253 193,55 €	4 172 859,75 €
fevereiro	1 689 674,37 €	1 017 479,95 €
março	1 142 762,97 €	912 860,24 €
abril	976 555,35 €	586 353,41 €
maio	643 608,61 €	415 062,50 €
junho	482 872,89 €	240 713,61 €
julho	355 257,13 €	105 624,97 €
agosto	127 043,22 €	69 081,81 €
setembro	373 280,62 €	2 002,73 €
outubro	317 071,14 €	4 226,03 €
novembro	157 425,38 €	873,27 €
dezembro	1 182 148,25 €	928 653,77 €

2.5 Execução das Grandes Opções do Plano

Quadro n.º 24 - Execução das GOP's

FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2025
Funcões Gerais	343 019,09	218 760,76	64%
Funcões Sociais	3 034 443,34	2 676 440,22	88%
Funcões Económicas	771 726,02	266 103,81	34%
Outras Funcões	988 342,13	851 665,70	86%
Total	5 137 530,58	4 012 970,49	78,11%

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP), encontra-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. Engloba o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que espelha as intenções de investimento físico e as Plano Atividades Municipais (PAM), onde estão retratadas as transferências para despesas corrente, bem como outras atividades relevantes.



Da análise ao mapa da Execução Anual das GOP – Grandes Opções do Plano – interessa verificar, em sede de execução, o peso de cada uma das funções no montante global executado no ano. O respetivo documento, previa para o ano financeiro de 2025, uma dotação total definida no montante de € 5 137 530,38, obtendo uma execução financeira anual de 78,11%, registando um acréscimo na execução na ordem dos 44,55% (+ € 1 236 700,95).

O Plano de Atividades Municipais (PAM) é apresentado para um período de quatro anos e inclui todos as atividades a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia. Na gerência de 2025, obteve uma execução financeira anual de 92,35%, relativamente ao montante previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 74,23%, as *Funções Sociais* 95,85% as *Funções Económicas* 86,49%, relativamente às *Outras Funções* a execução foi de 93,21%.

No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é apresentado para um período de quatro anos e inclui todos os projetos de investimento a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia. Constitui um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas e onde são definidas e enquadradas as linhas estratégicas da gestão municipal. No ano de 2025, obteve uma execução financeira anual de 66,78%, relativamente ao previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 50,98%, as *Funções Sociais* 84,22%, as *Funções Económicas* 20,23% e relativamente às *Outras Funções* a execução foi de 27,27%.

De uma forma geral, a não execução de alguns projetos previstos, deveu-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à não integração nos projetos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respetivo programa de redução de custos que obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades mais relevantes, sem agravar a situação financeira da Autarquia.

Os quadros que se seguem, ilustram o grau de execução das atividades previstas em PAM e PPI para 2025, cuja leitura permite obter uma noção clara, relativamente ao grau de execução dos projetos previstos pelo executivo.



Quadro n.º 25 - Plano de Atividades Municipais - Execução Anual

FUNÇÃO	Previsto	Pago	%Execução 2025	%Execução 2024
Funções Gerais				
Objetivos:				
Segurança e Ordem Públicas	188 769,09	140 131,59	74%	94,00%
Sub Total	188 769,09	140 131,59	74,23%	93,61%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Educação	369 750,60	349 605,56	94,55%	70,65%
Saúde	42 651,65	38 265,36	89,72%	63,70%
Segurança e Acção Social	267 081,81	259 408,15	97,13%	72,04%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	359 349,18	348 464,24	96,97%	98,18%
Sub Total	1 038 833,24	995 743,31	95,85%	79,81%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Comércio e Turismo	165 028,51	142 601,47	86,41%	98,04%
Outras Funções Económicas	1 000,00	999,98	100,00%	69,40%
Sub Total	166 028,51	143 601,45	86,49%	96,11%
Outras Funções				
Objetivos:				
Operações da Dívida Autárquica	578 370,00	570 920,80	98,71%	99,33%
Transferências entre Administrações	224 306,12	186 799,85	83,28%	77,53%
Diversas não Especificadas	80 108,01	65 161,97	81,34%	72,20%
Sub Total	882 784,13	822 882,62	93,21%	91,14%
TOTAL GERAL	2 276 414,97	2 102 358,97	92,35%	87,33%



Quadro n.º 26 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução Anual

FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2025	% Execução 2024
Funcões Gerais				
Objetivos:				
Serviços Gerais de Administração Pública	125 750,00	77 910,17	61,96%	49,76%
Segurança e Ordem Públicas	28 500,00	719,00	2,52%	70,76%
Sub Total	154 250,00	78 629,17	50,98%	55,85%
Funcões Sociais				
Objetivos:				
Educação	66 974,84	34 048,48	50,84%	93,74%
Saúde	29 000,00	7 933,36	27,36%	2,86%
Segurança e Acção Social	1 155 327,61	1 107 965,60	95,90%	1,68%
Habituação e Serviços Coletivos	588 105,04	405 487,78	68,95%	43,61%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	156 202,61	125 261,69	80,19%	48,06%
Sub Total	1 995 610,10	1 680 696,91	84,22%	38,34%
Funcões Económicas				
Objetivos:				
Agric.,Pecuária, Silvi., Caça e Pesca	5 500,00	4 797,00	87,22%	64,86%
Indústria e Energia	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%
Transportes e Comunicações	549 697,51	77 645,71	14,13%	86,31%
Comércio e Turismo	50 500,00	40 059,65	79,33%	23,90%
Outras Funcões Económicas	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%
Sub Total	605 697,51	122 502,36	20,23%	76,29%
Outras Funcões				
Objetivos:				
Transferências entre Administrações	89 058,00	18 782,54	21,09%	25,97%
Diversas não Especificadas	16 500,00	10 000,54	60,61%	15,89%
Sub Total	105 558,00	28 783,08	27,27%	25,54%
TOTAL GERAL	2 861 115,61	1 910 611,52	66,78%	45,11%

Os gráficos que se seguem demonstram o valor executado por cada Função constante nas GOP – Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano financeiro de 2025 e evolução dos valores previstos e executados, nos últimos dois anos.

Gráfico n.º 7 - Execução das Grandes Opções do Plano

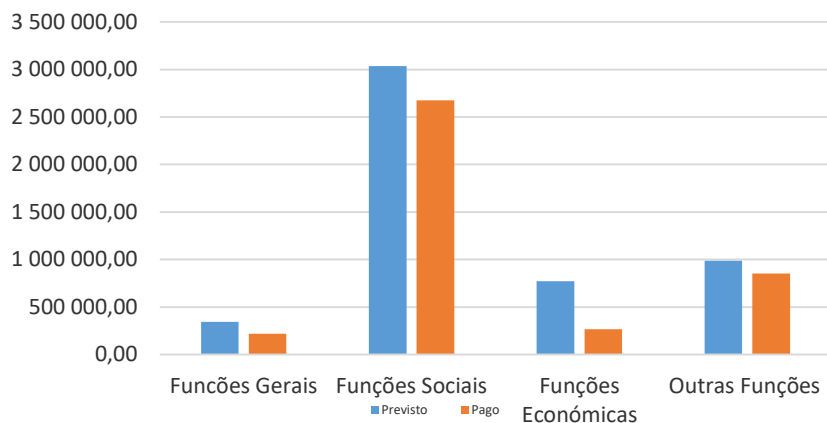
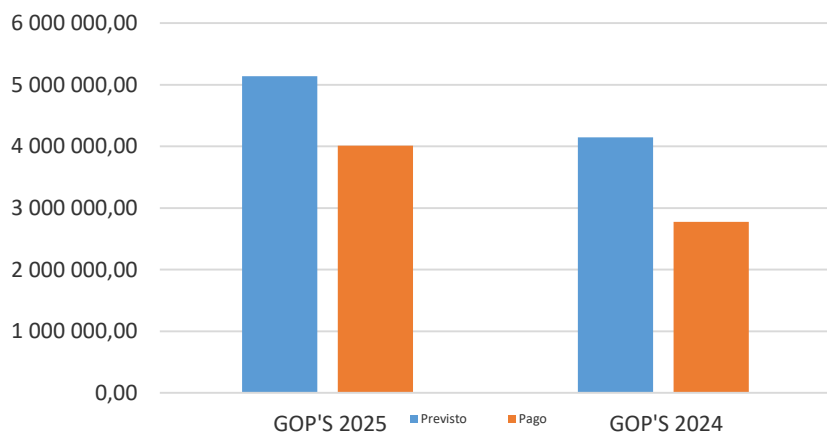


Gráfico n.º 8 - Execução das Grandes Opções do Plano 2025/2024





2.6 Indicadores Orçamentais

Quadro n.º 27 - Indicadores de Desempenho Orçamental

Indicadores	2025		2024	
	Valores	Resultado	Valores	Resultado
Grau de Execução Orçamental da Receita (Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas)	10 383 793,32 € 11 845 343,27 €	87,66%	9 629 253,77 € 10 592 525,32 €	90,91%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (Despesas Pagas / Dotações Corrigidas)	10 349 905,59 € 11 845 343,27 €	87,38%	8 684 212,50 € 10 592 525,32 €	81,98%
Saldo Corrente (Receita corrente - despesa corrente)	7 839 031,67 € 8 067 183,91 €	- 228 152,24 €	7 424 691,41 € 7 300 631,77 €	124 059,64 €
Saldo De Capital (Receita de capital - despesa de capital)	1 599 127,24 € 2 282 721,68 €	- 683 594,44 €	1 824 074,01 € 1 383 580,73 €	440 493,28 €
Saldo Primário (Receita efetiva - Despesa efetiva - juros e outros encargos)	9 438 752,05 € 9 757 848,14 €	- 319 096,09 €	9 261 266,41 € 7 558 000,79 €	1 703 265,62 €
Saldo Goblal (Receita efetiva - Despesa efetiva)	9 438 752,05 € 9 930 623,03 €	- 491 870,98 €	9 261 266,41 € 8 210 798,84 €	1 050 467,57 €
Grau de Realização das Liquidações (Receita cobrada Líquida / Receita Cobrada Bruta)	10 383 793,32 € 10 394 377,72 €	99,90%	9 629 253,77 € 10 139 690,44 €	94,97%
Grau de Execução das Obrigações (Despesa paga / Obrigações)	10 349 905,59 € 10 774 770,99 €	96,06%	8 684 212,50 € 8 748 914,66 €	99,26%

Quadro n.º 28 - Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento	2025		2024	
	Valores	Resultado	Valores	Resultado
1 Amortização Empréstimos+juros Emp / FEF + FSM + Pirs+ IVA + n. 3 art. 35 lei 73/2013	570 080,80 € 5 771 581,00 €	9,88%	706 211,71 € 5 185 411,74 €	13,62%
2 Amortização Empréstimos+juros Emp / Receita cobrada líquida	570 080,80 € 10 383 793,32 €	5,49%	706 211,71 € 9 629 253,77 €	7,33%
3 Amortização Empréstimos+juros Emp / Despesa paga	570 080,80 € 10 349 905,59 €	5,51%	706 211,71 € 8 684 212,50 €	8,13%

3. Relato Financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para a administrações publicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Mourão.



3.1 Análise ao Balanço

Quadro n.º 29 – Análise ao Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente		15 440 074,76 €	15 844 254,42 €
Ativos fixos tangíveis	5	15 000 054,90 €	15 398 491,84 €
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	54 414,23 €	36 189,42 €
Ativos biológicos			
Investimentos Participações financeiras	18.1.3	233 446,01 €	233 446,01 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1.1	150,50 €	510,06 €
Diferimentos	30.2.1	152 009,12 €	175 617,09 €
Ativo corrente		839 755,25 €	1 594 569,09 €
Inventários	10	25 046,94 €	45 057,31 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1.1	27 912,22 €	14 681,40 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1.1	70 292,29 €	66 462,91 €
Estado e outros entes públicos	18.1.1	8 316,22 €	4 218,29 €
Outras contas a receber	18.1.2	612 897,00 €	450 065,61 €
Diferimentos	30.2.1	34 282,81 €	48 361,71 €
Caixa e depósitos	1.4	61 007,77 €	965 721,86 €
Total do ativo		16 279 830,01 €	17 438 823,51 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30.1	29 286 357,66 €	29 286 357,66 €
Resultados transitados	30.1	-25 004 364,00 €	-24 276 251,50 €
Outras variações no património líquido	30.1	7 732 191,00 €	7 007 245,73 €
Resultado líquido do período	30.1	-1 450 982,45 €	-728 112,50 €
Total do Património Líquido		10 563 202,21 €	11 289 239,39 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		3 293 723,69 €	4 380 243,62 €
Provisões	15	824,31 €	824,31 €
Financiamentos obtidos	18.2.1	2 941 003,31 €	3 388 998,00 €
Fornecedores	18	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €
Diferimentos	30.2.2	350 772,00 €	989 736,85 €
Outras contas a pagar	18.2.2	1 124,07 €	684,46 €
Passivo corrente		2 422 904,11 €	1 769 340,50 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2.1	225 839,44 €	200 573,17 €
Fornecedores	18.2.1	262 384,43 €	49 230,66 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2.1	199 364,21 €	212 132,92 €
Estado e outros entes públicos	18.2.1	45 051,34 €	15 471,50 €
Acionistas/sócios/associados	18.2.2	- €	- €
Financiamentos obtidos	18.2.1	438 154,12 €	409 441,99 €
Fornecedores de investimentos	18.6	73 736,20 €	0,00 €
Outras contas a pagar	18.2.2	699 952,75 €	622 649,97 €
Diferimentos	30.2.2	478 421,62 €	259 840,29 €
Total do Passivo		5 716 627,80 €	6 149 584,12 €
Total do Património Líquido e Passivo		16 279 830,01 €	17 438 823,51 €



Em 2025 o ativo do Município de Mourão atingiu os € 16 279 830,01 o que significa um decréscimo de cerca de 6,65 % face ao ano anterior. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Os ativos fixos tangíveis representam 92,14% do total do ativo, registando um decréscimo líquido de € 398 436,94.

Os ativos intangíveis registaram um aumento de 50,36% no valor escriturado.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete um decréscimo de € 754 813,84 relativamente a 2024, decorrente, fundamentalmente, da significativa diminuição da conta disponibilidades, com uma diminuição de € 904 714,09, bem como o saldo dos inventários num total de € 25 046,94, contrariamente registaram variação positiva os “Devedores por Transferências e subsídios não reembolsáveis mais € 13 230,82.

A rubricas clientes, contribuintes e utentes, bem como a respetiva conta de imparidades registam ambas um acréscimo face ao anterior. Os diferimentos ascendem a € 186 291,93 (dos quais 152 mil euros se encontram reconhecidos em ativos não correntes) e dizem respeito a gastos a reconhecer inerentes ao processo da eficiência energética (iluminação pública).

Em relação ao passivo, o Município de Mourão fechou o ano com um valor de € 5 716 627,80, sendo constituído em 57,61% por passivo não corrente. De seguida, pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma diminuição de 7,04%.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar dizem respeito a acréscimos de gastos, com peso preponderante da rubrica de gastos com pessoal relativa a férias e subsídio de férias.

Foi reconhecida uma provisão referente ao processo 40/23.1BEBJA do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local em representação de Maria Ivone Fragoso Fonseca

Os fundos próprios do Município registam uma diminuição de 6,43%, sendo fortemente influenciados pelas “Outras variações no Património Líquido” € 7 732 191,00, + 6,87% comparativamente ao ano de 2024.



3.2 Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2025 é negativo em (- € 1 450 982,45), consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelas depreciações no montante de - € 1 340 065,67. A estrutura de gastos e perdas apresentou um aumento na ordem dos 12,40%, enquanto a estrutura de rendimentos e ganhos apresentou uma diminuição na ordem dos 4,80%.

De referir que o EBITDA (resultado antes de depreciações e gastos de financiamento) é positivo em € 10 677,62.

Quadro n.º 30 – Análise à Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14/30.3 +	907 633,35 €	763 906,19 €
Vendas	13/ 30.3 +	161 252,10 €	145 817,25 €
Prestações de serviços e concessões	13/30.3 +	756 661,62 €	797 547,94 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/30.3 +	6 270 960,77 €	5 848 101,78 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/30.4 -	-596 337,09 €	-571 663,67 €
Fornecimentos e serviços externos	30.4.2 -	-2 179 497,59 €	-1 902 653,54 €
Gastos com pessoal	19 -	-4 662 758,76 €	-3 801 792,67 €
Transferências e subsídios concedidos	30.4.1 -	-964 833,83 €	-821 328,89 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10/30.3 +/-	-2 732,19 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/30.3 +/-	-19 432,73 €	2 058,26 €
Provisões (aumentos/reduções)	15/30.3 +/-	0,00 €	24 948,10 €
Outros rendimentos e ganhos	30.3 +	680 906,50 €	790 941,53 €
Outros gastos e perdas	30.4 -	-341 144,53 €	-400 380,09 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		10 677,62 €	875 502,19 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30.4.3/5/3 +/-	-1 340 065,67 €	-1 343 825,98 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 329 388,05 €	-468 323,79 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13/30.3 +	- €	2 050,37 €
Juros e gastos similares suportados	7/30.4 -	-121 594,40 €	-261 839,08 €
Resultado antes de impostos		-1 450 982,45 €	-728 112,50 €
Resultado líquido do período		-1 450 982,45 €	-728 112,50 €



3.3 Disponibilidades

Em 2025/12/31, as disponibilidades totais eram de € 61 007,77, sendo que € 40 397,18 correspondiam a operações orçamentais e € 20 680,59 a operações não orçamentais. No final de 2025 o saldo de Gerência foi de € 61 007,77, dos quais € 40 397,18 correspondem ao saldo orçamental e € 20 680,59 a saldo não orçamental. Tendo ocorrido uma diminuição face ao ano anterior de € 904 714,09 (93,75%).

3.4 Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Quadro n.º 31 – Indicadores Económico-Financeiros

Indicador	Rácio	Ano 2025			Ano 2024		
Autonomia financeira	Património Líquido / Ativo	10 563 202 €	16 279 830 €	64,9%	11 289 239 €	17 438 824 €	64,7%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	10 563 202 €	5 716 628 €	184,8%	11 289 239 €	6 149 584 €	183,6%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	839 755 €	2 422 904 €	34,7%	1 594 569 €	1 769 341 €	90,1%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	814 708 €	2 422 904 €	33,6%	1 549 512 €	1 769 341 €	87,6%
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	61 008 €	2 422 904 €	2,5%	965 722 €	1 769 341 €	54,6%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	- 1 450 982 €	10 563 202 €	-13,7%	- 728 113 €	11 289 239 €	-6,4%



3.5 Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 alterada pela Lei n.º 29/2023, de 04 de julho estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 40% (Artigo 3.º da Lei n.º 29/2023) da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2025 do Município de Mourão face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2025, não excede o limite de endividamento.

Quadro n.º 32 – Limite da Dívida Total

ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso		
	Anos			Média			Valor absoluto	%	
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)	
Município	5 922 223,21 €	6 739 435,40 €	7 424 691,41 €	6 695 450,01 €	10 043 175,01 €	4 188 040,19 €	-	5 855 134,82 €	-58%
Entidades intermunicipais:									
Comunidade Intermunicipal						13 222,90 €			
Entidades associativas municipais:									
Associações de Municípios						860,40 €			
Empresas participadas						- €			
Cooperativas						- €			
Fundações						- €			
Entidades de outra natureza						- €			
TOTAL	5 922 223,21 €	6 739 435,40 €	7 424 691,41 €	6 695 450,01 €	10 043 175,01 €	4 202 123,50 €	-	5 841 051,51 €	-58%



Quadro n.º 33 – Endividamento Municipal

ENTIDADES	Dívida Total Ano 2025	Dívida Total Ano 2024	Δ 2025/2024	Δ 2025/2024
(1)	(7)	(7)		
Município	4 188 040,19 €	4 276 264,84 €	- 88 224,65 €	-2,11%
Serviços Municipalizados	- €	- €	- €	
Serviços Intermunicipalizados	- €	- €	- €	
Entidades intermunicipais:			- €	
Área Metropolitana	- €	- €	- €	
Comunidade Intermunicipal	13 222,90 €	30 630,99 €	- 17 408,08 €	-131,65%
Entidades associativas municipais:			- €	
Associações de Freguesias	- €	- €	- €	
Associações de Municípios	860,40 €	823,34 €	37,06 €	4,31%
Empresas locais	- €	- €	- €	
Empresas participadas	- €	- €	- €	
Cooperativas	- €	- €	- €	
Fundações	- €	- €	- €	
Entidades de outra natureza	- €	- €	- €	
TOTAL	4 202 123,50 €	4 307 719,17 €	- 105 595,67 €	-2,51%

Este quadro traduz a evolução do Endividamento, existindo uma redução de € 105 595,67,00 (-2,51%), face ao ano de 2024, prosseguindo o Município na redução do valor da dívida total.

4. Contabilidade de Gestão

O SNC–AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.



O POCAL, entretanto revogado pelo SNC-AP, no seu artigo 5.º, determinava que a contabilidade de custos constitui um importante instrumento de gestão financeira (...) para o apuramento de custos por funções e para a determinação dos custos subjacentes à fixação das tarifas e dos preços, a NCP 27 amplia a abrangência da finalidade, ao determinar que a contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos (...) para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- (a). No processo de elaboração de orçamentos (...);
- (b). Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- (c). Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- (d). No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- (e). Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- (f). Na fundamentação económica de decisões de gestão.

Adicionalmente, dispõe que a contabilidade de gestão proporciona informação dos custos ambientais. No SNC-AP, o objeto de custo é ampliado (atividade, programa, bem, serviço), estabelecendo que devem ser utilizadas bases de imputação múltiplas, nomeadamente quando os gastos indiretos têm um valor significativo em relação aos gastos totais.

Apesar da evolução verificada neste último ano, ainda há caminho a percorrer, nomeadamente a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão, que para além dos gastos também passe a alocar as respetivas receitas dos bens, serviços e funções, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

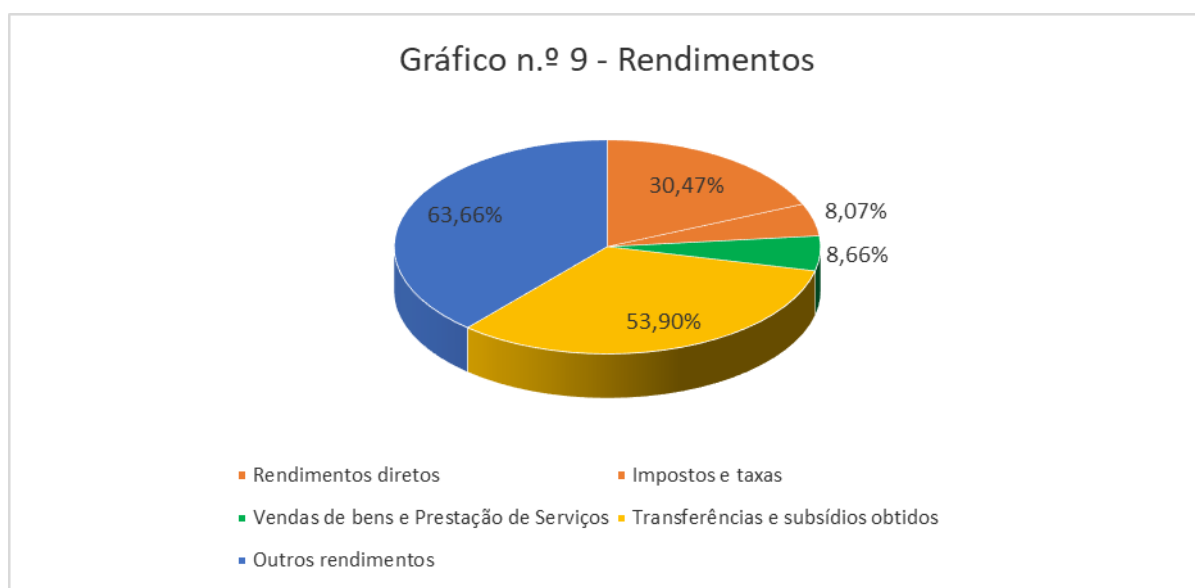
No ano de 2023 foi criado um novo plano com enquadramento em SNC-AP, com apuramento dos gastos e dos rendimentos. Porém face à escassez de recursos, os dados apresentados no balancete carecem de uma análise mais cuidada, apuramento dos desvios, entre outras.

Este são os valores apurados através dos mapas da Contabilidade de Gestão:



Quadro n.º 34 – Rendimentos

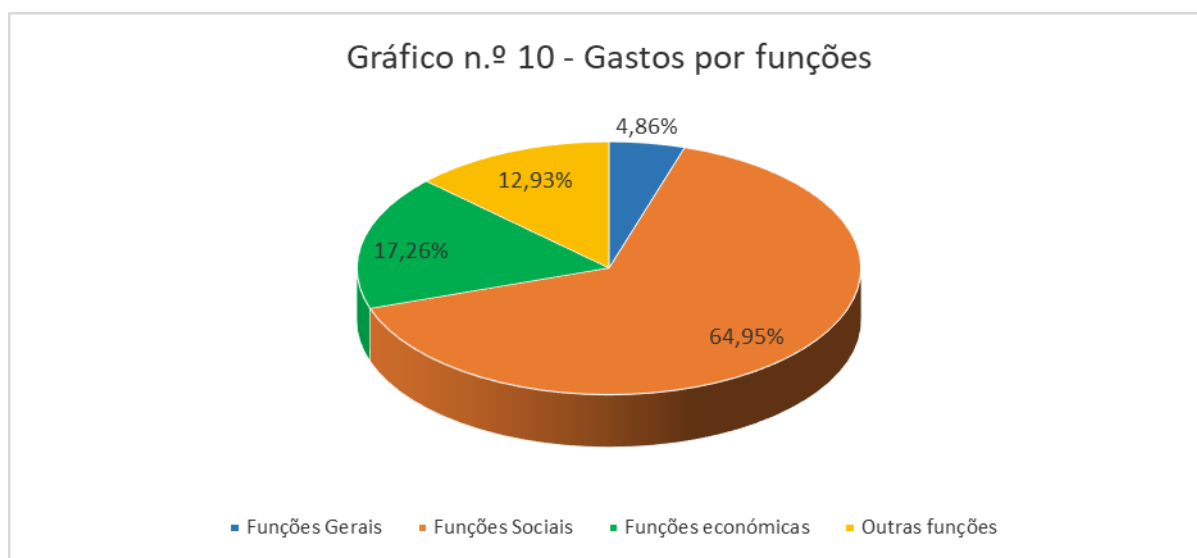
Designação	DÉBITO	CRÉDITO	%
Rendimentos diretos	- €	2 497 085,97 €	30,47%
Impostos e taxas	- €	661 063,20 €	8,07%
Vendas de bens e Prestação de Serviços	- €	710 024,63 €	8,66%
Transferências e subsídios obtidos	- €	4 418 122,00 €	53,90%
Outros rendimentos	- €	5 217 972,49 €	63,66%
		8 196 343,71 €	100%





Quadro n.º 35 – Gastos por Funções

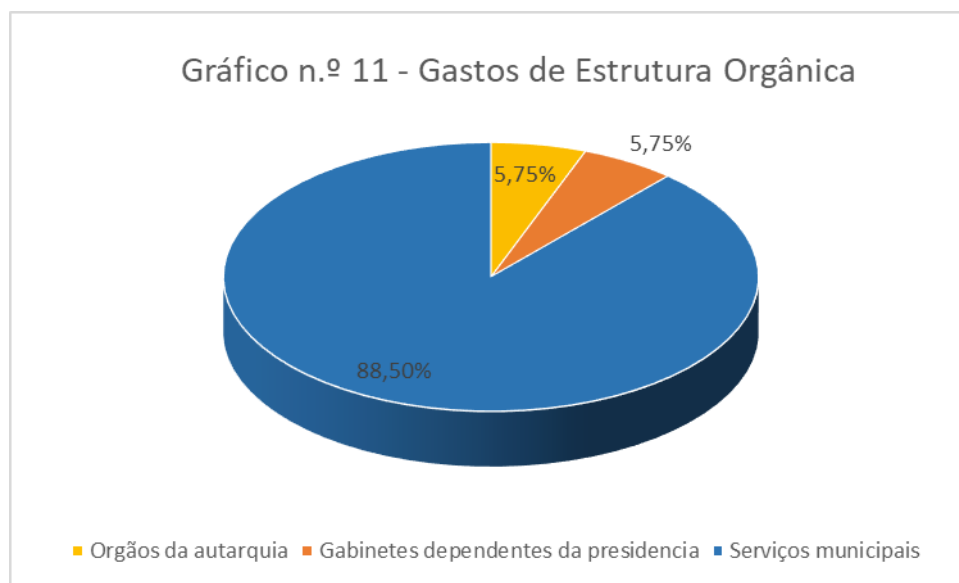
Designação	DÉBITO	CRÉDITO	%
Funções Gerais	268 927,52 €	- €	4,86%
Funções Sociais	3 594 924,81 €	- €	64,95%
Funções económicas	955 276,27 €	- €	17,26%
Outras funções	715 741,14 €	- €	12,93%
total	5 534 869,74 €		100%





Quadro n.º 36 – Gastos por Unidade Orgânica

Designação	DÉBITO	CRÉDITO	%
Orgãos da autarquia	267 041,20 €	- €	5,75%
Assembleia Municipal	13 249,18 €	- €	4,96%
Câmara Municipal	253 792,02 €	- €	95,04%
Gabinetes dependentes da presidência	267 267,56 €		5,75%
Gabinete de Apoio à Presidência	95 338,73 €	- €	35,67%
Serviço de Proteção Civil	22 733,94 €	- €	8,51%
Serviço de Saúde Pública e Veterinária	25 624,38 €	- €	9,59%
Comunicação, Eventos e desenvolvimento	36 828,43 €	- €	13,78%
Desin e Comunicação	21 757,24 €	- €	8,14%
Gabinete de Turismo	64 984,84 €	- €	24,31%
Serviços municipais	4 113 292,97 €		88,50%
Departamento de Serviços Técnicos, Administração e Sustentabilidade Social	49 832,25 €	- €	1,21%
Divisão Administrativa e Financeira e de desenvolvimento Económico	549 703,85 €	- €	13,36%
Divisão de Ambiente, Obras e Urbanismo	1 029 347,31 €	- €	25,02%
Unidade de Sustentabilidade Social, Cultural e desporto	947 628,67 €	- €	23,04%
Gastos Comuns de Estrutura	1 536 780,89 €	- €	37,36%
total	4 647 601,73 €	- €	100%





5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de € 1.450.982,45 euros, seja transferido para resultados transitados.

6. Acontecimentos após a data de relato

Publicação da Recomendação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), sobre o tratamento dos impactos do conflito no médio oriente no relato financeiro das entidades sujeitas ao SNC E SNC-AP. A presente recomendação consta da nota 30.9 do Vol. II – Demonstrações financeiras

O conflito no Médio Oriente, que escalou drasticamente entre 2024 e 2026, teve como ponto de rutura o ataque do Hamas a Israel em outubro de 2023, desencadeando uma ofensiva em Gaza que rapidamente transbordou para uma confrontação regional. O que começou como uma operação focada em grupos armados evoluiu para uma guerra direta entre Israel e o Irão, envolvendo o chamado "Eixo da Resistência" (como o Hezbollah no Líbano e os Houthis no Iémen) e culminando na intervenção militar e diplomática direta dos Estados Unidos sob a administração de Donald Trump.

A intervenção militar liderada pelos EUA contra o Irão, iniciada em 28 de fevereiro de 2026, marcou o começo da Operação Fúria Épica. O ataque começou com uma vaga massiva de bombardeamentos aéreos e mísseis Tomahawk, coordenados com Israel, visando neutralizar o programa nuclear e os centros de comando em Teerão. Nas primeiras horas, a ofensiva eliminou figuras centrais do regime, incluindo o Líder Supremo Ali Khamenei. Em resposta, o Irão lançou mísseis contra Israel e bases americanas, além de fechar o Estreito de Ormuz, o que provocou uma crise energética global imediata. Passado mais de um mês, os EUA já atingiram mais de 12 mil alvos, e o governo Trump mantém a pressão militar, admitindo agora o envio de tropas terrestres para garantir a reabertura das rotas de petróleo e consolidar a mudança de regime no país.

Este conflito gerou consequências macroeconómicas severas, centradas sobretudo na instabilidade do mercado energético. O bloqueio parcial e as ameaças constantes ao Estreito de Ormuz, uma artéria vital por onde circula cerca de um quinto do petróleo mundial, provocaram uma volatilidade extrema nos preços do crude. Este choque energético alimentou a inflação global, forçando os bancos centrais a manter as taxas de juro elevadas, o que travou o crescimento económico e encareceu o custo de vida e o crédito às famílias na Europa e nas Américas. Adicionalmente, os ataques no Mar Vermelho desviaram rotas comerciais cruciais, aumentando os custos de transporte e atrasando as cadeias de abastecimento globais.



As taxas de juro em Portugal e na Zona Euro têm sido diretamente fustigadas pela instabilidade no Médio Oriente, principalmente através do canal da inflação energética. Quando o conflito se expandiu para o Irão e o Estreito de Ormuz foi ameaçado, o preço do barril de petróleo disparou, o que impediu o Banco Central Europeu (BCE) de avançar com os cortes de juros que estavam planeados para 2025 e início de 2026.

Para as famílias portuguesas, isto traduziu-se na manutenção de prestações elevadas no crédito à habitação, uma vez que a Euribor (indexada às decisões do BCE) não desceu conforme o esperado. O custo de vida também subiu devido ao aumento dos combustíveis e dos bens importados, cujas rotas marítimas ficaram mais caras pelo desvio do Mar Vermelho.

Paralelamente, o ultimato da administração Trump em abril de 2026 introduziu uma nova variável de incerteza. Ao dar um prazo de poucas semanas para o fim das hostilidades, os mercados financeiros entraram em "modo de espera". Se o ultimato resultar num cessar-fogo rápido, a pressão sobre o petróleo alivia e o BCE poderá finalmente baixar os juros; caso resulte numa ofensiva militar ainda maior, o cenário será de juros altos por um período indefinido para conter a inflação de guerra.

Mourão, 15 de abril de 2026

O Presidente do Órgão Executivo

João Filipe Cardoso Fernandes Fortes